

DEFICIÊNCIA VISUAL E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

Kleyton José da Silva¹; Júlia Albuquerque Almeida²; Keilla Rebeka Simões de Oliveira³; Juliana Ferreira Gomes da Silva⁴

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco
kslaffer@gmail.com¹; julia.albuquerque.jubs@gmail.com²; keilla.rso@gmail.com³; julianafgs@yahoo.com.br⁴

Resumo: A educação inclusiva vem se mostrando assunto de grande importância a ser discutido nos dias atuais, através de debates que alcançam todos os níveis do ensino. Ao se tratar do ensino superior, as demandas que surgem dos alunos com necessidades educacionais especiais reverberam nas esferas acadêmica, social e pessoal, podendo comprometer o desenvolvimento do estudante dentro do ambiente universitário. O presente trabalho teve por objetivo elencar as possíveis dificuldades enfrentadas por um estudante com baixa visão no ensino superior e propor contribuições para a sua inclusão a partir do olhar da Psicologia. Com base em uma entrevista semiestruturada de caráter anamnésico foram construídos panoramas sobre a história de vida do estudante, traçando os aspectos educacionais, sociais e afetivos que o envolveram durante o agravamento do seu quadro. Além disso, foi analisado o seu ingresso no ensino superior, bem como as barreiras que (re)surgiram e as formas de enfrentamento desenvolvidas. Em consonância ao relatado pelo estudante e a fundamentação teórica consultada, foram pensadas possíveis contribuições que podem servir como base de apoio para promover melhorias na acessibilidade e inclusão de estudantes com baixa visão no ensino superior.

Palavras-chave: Baixa visão, Deficiência visual, Educação Inclusiva, Ensino Superior, Psicologia.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva, respaldada mundialmente pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e endossada na legislação brasileira através da Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – (BRASIL, 2015), preconiza a necessidade latente de se fazer mudanças nas políticas educacionais com finalidade de difundir uma educação acessível e diminuir a desigualdade que ainda permeia a contemporaneidade.

No capítulo IV – Do direito à educação – da LBI (BRASIL, 2015), o artigo 27º enfatiza o direito da pessoa com deficiência à educação, desenvolvida nos parâmetros educacionais inclusivos, que permita o desenvolvimento pleno de talentos e habilidades possíveis, sejam sensoriais, físicos, intelectuais ou sociais, garantindo o alcance dessa educação em todos os níveis formais. Observando o segundo parágrafo do artigo 28º, é posta a necessidade de os sistemas educacionais realizarem adequações que assegurem condições de acesso e permanência, bem como participação e aprendizagem, para fornecimento de uma educação inclusiva plena através de recursos de acessibilidade e oferta de serviços numa constante busca para eliminar as barreiras existentes (BRASIL, 2015).

Dentre as deficiências asseguradas pela LBI, a deficiência visual encontra-se descrita no Decreto nº 5.296 como:

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 17).

Assim, temos que a cegueira representa a ausência total de visão, sendo necessário um conjunto de atendimentos específicos para promover o desenvolvimento educacional, desde configurações arquitetônicas (orientação e mobilidade), como instrumentos para aprendizagem e comunicação (Sorobã e Braille), entre outras especificidades. Já a baixa visão, apresenta variados graus de perda da função visual, que, mesmo com tratamento, não resultou em uma melhora do quadro, conferindo necessidades específicas distintas de um estudante para outro (BRASÍLIA, 2010). Todavia, o entendimento clínico dado à baixa visão desconsidera as multiplicidades dos indivíduos, assim, mesmo que dois indivíduos apresentem a mesma dificuldade, ambos podem desenvolver potencialidades distintas para lidar com a deficiência, bem como a possibilidade de utilizar resíduos visuais, considerando o uso real da visão remanescente (PEREIRA, 2011).

Uma das principais causas da baixa visão e cegueira no contexto brasileiro é o glaucoma congênito, principalmente entre crianças e jovens, considerado um problema de saúde pública mundial por estimar que cerca de 1,5 milhões de crianças ao redor do globo apresentam deficiência visual (LI; LIN, 2013; PEDROSO *et al.*, 1999). O glaucoma congênito é uma doença rara causada pelo aumento da pressão intraocular devido a acúmulo do humor aquoso (líquido composto por água e sais minerais), podendo afetar o nervo óptico e levar à cegueira, quando não tratado. A perda de visão é consequência da destruição das células ganglionares (nervo óptico), uma estrutura que liga o olho ao cérebro occipital e responsáveis pela condução das imagens da retina até ao cérebro (FRAZÃO, 2018).

Alguns sintomas clínicos aparecem desde muito cedo, antes do primeiro ano de vida. A córnea do olho fica inchada (bftalmia), ficando turva, a criança demonstra desconforto à luz (fotofobia) e tenta cobrir os olhos na claridade; em alguns casos sintomas como secreção excessiva de lágrimas e olhos vermelhos também podem estar presentes. Tais sintomas permanecem e podem evoluir em intensidade se não tratados, além da possibilidade de aparecer escotomas, ou seja, manchas escuras no campo visual periférico. O tratamento é feito, na maioria dos casos,

por meio de colírios que estabilizam ou diminuem a pressão intraocular. Porém, quando os colírios não geram os efeitos esperados, pode ser necessário tratamentos cirúrgicos, como a Trabeculectomia (cirurgia que tem como objetivo a drenagem e a diminuição da pressão intraocular, evitando assim lesões graves ao nervo óptico). O glaucoma é uma doença que não tem cura. Mas é possível encontrar meios de controlar a pressão intraocular para que não venha a causar cegueira parcial ou total. E quanto mais cedo for diagnosticado, maiores são as possibilidades de impedir a degeneração do nervo óptico (FRAZÃO, 2018).

Quando se trata da educação inclusiva no ensino superior, nos deparamos com uma discussão iniciada há pouco tempo. Isto ocorre porque apenas recentemente tivemos aumento do número de estudantes ingressantes que apresentam algum tipo de necessidade educacional específica oriunda de determinada deficiência ou transtorno do desenvolvimento. O aumento desses casos é significativo após a Lei 13.409/2016 que contempla pessoas com deficiência nas cotas das instituições federais de educação superior (BRASIL, 2016). A partir de movimentos de inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nesses espaços de formação educacional regular, é possível observar que ainda há despreparo para receber e fornecer condições adequadas para o desenvolvimento acadêmico e profissional do estudante. Ainda é visível a presença de barreiras nas dimensões arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e, mesmo que menos aparente, atitudinal (SASSAKI, 2009).

Ampliar a entrada de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino superior significa dar maior visibilidade e oportunidades de desenvolvimento para um grupo que durante séculos foi visto como incapaz de um futuro promissor. Entretanto, há de se pensar na possibilidade do aumento do fracasso e evasão do alunado também se elevar, caso a instituição não se responsabilize pelo cuidado que deve ser desenvolvido com o estudante após seu ingresso. É preciso que haja diálogo entre a instituição de ensino e a comunidade, para que sejam explicitados direitos e deveres tanto de alunos quanto de docentes e demais funcionários que compõem o corpo universitário, de modo a evitar possíveis equívocos nas relações interpessoais. O estudante ao ingressar por meio de vestibular, ou outro exame seletivo, transmite à sociedade sua legitimidade em participar daquele ambiente, e, para tanto, devem ser fornecidas condições para a sua permanência e desenvolvimento (FERRARI; SEKKEL, 2007).

É pensando no cenário da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino superior que este estudo se apresenta, com objetivo de externar as possíveis dificuldades enfrentadas por um estudante com baixa visão no curso de graduação em Psicologia, bem como oferecer contribuições oriundas de estudos da Psicologia e da Educação Inclusiva para

o caso. Ademais, as contribuições propostas poderão ser aplicadas a casos semelhantes, isto é, estudantes com baixa visão, uma vez que objetivamos compartilhar informações que auxiliem o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal destas pessoas no ensino superior.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi construído a partir de um estudo de caso, no qual foi possível observar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento de um estudante com baixa visão no ensino superior. Para tal, foi realizada uma entrevista semiestruturada de caráter anamnésico com o estudante que cursava, no momento, o primeiro período de um curso de graduação em Psicologia. A entrevista teve o intuito de construir um panorama sobre o seu histórico escolar, suas relações sociais e familiares, e, compreender como foi o ingresso no curso de psicologia e como está sendo feita a sua inclusão neste ambiente. As discussões e contribuições apresentadas a seguir, foram pensadas a partir do olhar da Psicologia e da Educação Inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudante, aqui denominado de João Paulo, tem 20 anos, é solteiro, nasceu em uma cidade da região da Mata Sul de Pernambuco, na qual realizou sua educação básica, indo morar na cidade de Recife após o seu ingresso no curso de graduação em Psicologia através do sistema de cotas das instituições federais. Relatou que o agravamento da deficiência visual ocorreu quando o mesmo tinha 15 anos, o qual é oriundo de um problema degenerativo, glaucoma congênito, que afeta o nervo óptico em ambos os olhos, apresentando cegueira total no olho esquerdo e parcial no olho direito, caracterizando-o como monocular. O glaucoma surgiu para João Paulo aos 4 anos de idade, na ocasião, foi tratado com colírios, ocasionando estabilidade. Entre 9 e 10 anos, a escavação do nervo aumentou, porém, sem demonstrar agravamentos. Aos 15 anos houve a escavação completa, sendo necessária a realização de cirurgia para glaucoma (a Trabeculectomia ou TRAC). João Paulo é o único membro de sua família, composta por pai, mãe e uma irmã mais velha, que desenvolveu glaucoma e o único com deficiência visual.

Com o agravamento da deficiência, João Paulo necessitou se adaptar aos contextos ao seu redor, sobretudo no âmbito escolar. A primeira dificuldade encontrada foi em relação ao quadro branco, pois não conseguia enxergar, seguida pela necessidade de um leitor (uma pessoa que o auxiliasse nas atividades), em conjunto com modificações nos textos (letras maiores e em negrito). Também houveram dificuldades para se locomover pelos ambientes, principalmente aqueles que foram/são visitados pela primeira vez, com

destaque onde há presença de escadaria. Em sua residência não houve tantas demandas por estar habituado espacialmente.

Com relação às suas vivências na escola, fora as adaptações físicas, João Paulo enfrentou dificuldades de convivência com seus colegas de classe. Além de não serem os mesmos, pois passou três anos fora do colégio, relata que sofreu *bullying*, gerando em alguns momentos um sentimento de solidão. Vale ressaltar que, de acordo com o mesmo, o movimento de afastar-se da escola se deu devido a necessidade de um período de luto e auto aceitação de sua nova condição. Após algum tempo na rotina escolar, conseguiu formar um forte vínculo de amizade com um aluno da mesma classe que a sua. Este se tornou seu leitor e melhor amigo, mantendo a amizade até os dias atuais. A escola, segundo João Paulo, não se mobilizou o quanto poderia para ajudá-lo a enfrentar suas novas barreiras. O rapaz também relatou que sua escola tinha o costume de prestar uma homenagem e ceder um momento de fala aos alunos aprovados no vestibular. Porém, na sua vez, apesar da aprovação no curso de Psicologia, ele não foi convidado para discursar, o que o deixou um pouco abalado e com sensação de descrédito.

Devido a tais dificuldades e às mudanças, iniciou um acompanhamento psicológico. De acordo com João Paulo, o psicólogo representou um ponto de virada em sua vida, pois a terapia o ajudou a se reerguer e perceber que era capaz de alcançar seus sonhos contanto que se esforçasse para tal. Disse também que foi essa experiência que o fez escolher o curso de psicologia, para que pudesse ajudar outras pessoas a acreditar em si mesmas. Hoje em dia, por ter mudado de cidade, não continua o acompanhamento, mas mantém contato com o profissional.

A entrada na universidade gerou modificações na vida de João Paulo, desde a mudança de cidade (do interior para capital), sem acompanhamento de familiares, a adaptação aos locais que viria a circular, até às barreiras na dimensão instrumental no âmbito educacional. João Paulo se deparou com uma instituição que não se apresenta adaptada para receber estudantes com necessidades educacionais específicas, principalmente a deficiência visual, por não possuir textos em áudio, destacando o curso de psicologia que apresenta uma estrutura curricular formadora com grande ênfase em leituras.

Ao se mudar para Recife, passados alguns meses, foi construída uma rede de amizades que o auxilia em algumas demandas, como seu deslocamento de casa até a universidade, e em questões domésticas (cozinhar, lavar roupas, etc.). Atualmente, com o apoio da universidade e do Núcleo de Acessibilidade (NACE), João Paulo recebe o auxílio de um leitor para lidar com questões acadêmicas de sala de aula. Além disso, iniciou um curso de braile em programas de

computador, duas vezes por semana, por meio de um projeto de extensão desenvolvido no Centro de Educação (CE). Neste curso, ele aprende a codificação e treina a sensibilidade do tato. Em relação a benefícios assistenciais, houve a inscrição no edital semestral, mas ainda não ocorreu o início do benefício. Também não voltou a fazer psicoterapia.

O fato de João Paulo ter ingressado na universidade a partir das cotas para pessoas com deficiência, criando vínculo imediato ao NACE, o ajuda bastante a lidar com os obstáculos que surgiram ao longo de sua trajetória acadêmica, visto que suas necessidades específicas já são conhecidas e registradas, significando que a instituição está ciente da presença de um estudante que necessita de condições diferenciadas para desempenhar suas atividades acadêmicas e pessoais. Porém, como o NACE é recente em suas atribuições, com poucos recursos (de pessoal, financeiro, entre outros), e as demandas de alunos com necessidades específicas vêm crescendo, ainda é necessário rever e cobrar algumas medidas de assistência que proporcionem melhor adaptação da academia para proporcionar condições favoráveis aos estudantes. Além disso, apesar do enfoque aqui ser maior no processo de aprendizagem do João Paulo, é necessário estar atento não somente às demandas pedagógicas, mas também às suas interações sociais, saúde mental, e projetos futuros, pois tais fatores irão contribuir para a qualidade do seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Pensando em como criar um ambiente capaz de receber João Paulo e outros estudantes, tomaremos como base as dimensões da acessibilidade propostas por Sasaki (2009) para construir um conjunto de contribuições que visam atender às necessidades educacionais apresentadas. É possível ainda elencar dentro desse conjunto as contribuições que surgem a partir de demandas coletivas no ambiente universitário da instituição e as contribuições pensadas em consonância com as demandas pessoais de João Paulo.

Considerando as demandas do ambiente universitário e partindo da dimensão atitudinal (SASSAKI, 2009), podemos refletir sobre questões relativas ao corpo docente do curso. É fato que cursos de formação que não são de licenciatura não têm disciplinas voltadas para a reflexão sobre a prática docente. Outro fato é que a maioria dos cursos de mestrado e doutorado do país possuem ênfase na pesquisa e não discutem ou preparam para a docência no ensino superior. Assim, é possível compreender as dificuldades que muitos docentes têm ao ingressar em sala de aula, tendo que lidar com questões voltadas para os processos de ensino-aprendizagem, sem que tenham tido algum preparo ou orientação. Essas dificuldades podem se intensificar quando precisam lidar com estudantes que demandam ações diferenciadas de ensino. Portanto, é importante que a instituição pense na capacitação dos professores para o acompanhamento de estudantes com

necessidades especiais. Essa capacitação precisa dar conta tanto de aspectos conceituais e teóricos, como também de aspectos didáticos e técnicos. Há várias formas de promover a capacitação dos docentes, por exemplo, através de reuniões com o núcleo de acessibilidade da instituição, disponibilização de material informativo, cursos de capacitação com temáticas mais específicas, entre outros.

No caso ora relatado, como estratégia para capacitar os professores, o NACE fez uma reunião com alguns docentes a fim de explicá-los sobre as demandas de João Paulo e de outros dois colegas também com baixa visão. Também foi enviado um e-mail com orientações a serem seguidas acerca da metodologia utilizada, sistemas de avaliação, apresentação por PowerPoint adequada visualmente, etc. Um dado que ressaltamos é que esta capacitação seja oferecida a todos os docentes e não apenas àqueles que acompanham o estudante em determinado momento. Apesar de entender que cada período traz como possibilidade novos desafios, há informações que poderiam ser compartilhadas e discussões que poderiam ser fomentadas desde já, talvez evitando possíveis resistências futuras por parte dos professores.

O processo de (re)educação e passagem do paradigma da integração para o da inclusão (PACHECO; ALVES, 2007) leva tempo para se estabelecer. Sabendo disso, vemos como de extrema importância que discussões sobre educação inclusiva sejam suscitadas o mais rápido possível. Uma estratégia viável poderia ser a promoção de eventos (palestras, rodas de diálogo, encontros, capacitações) sobre o tema, assim, toda a comunidade acadêmica poderia ser beneficiada. É possível perceber que dentro da dimensão atitudinal, capacitação de recursos humanos, também há a presença de características da dimensão metodológica, uma vez que as dimensões da acessibilidade não se apresentam individualmente, pois estão interligadas.

Ademais, seria importante que houvesse a criação de uma semana temática semestral com palestras e recepção de novos alunos, além da divulgação dos serviços existentes, incluindo o NACE, para que estudantes como João Paulo possam ser alcançados e tenham a possibilidade de explorar todos os serviços oferecidos pela universidade em todos os níveis de formação, incluindo a pesquisa e a extensão, que compõem o tripé norteador da instituição.

Observando as demandas do ambiente universitário, vemos um desenvolvimento acadêmico pautado em leituras. Assim, tendo em vista as dimensões instrumental e comunicacional (SASSAKI, 2009), outra ação necessária para a construção de um ambiente acadêmico inclusivo, ponderando sobre o caso da baixa visão de João Paulo, é a acessibilidade aos textos das disciplinas e os demais que sejam de interesse do estudante. Algumas formas de tornar o acesso viável para alunos com baixa visão são:

(i) digitalização dos materiais para que seja possível a

ampliação da fonte no momento da leitura; (ii) no caso de textos impressos, que já estejam com fontes maiores e papéis que não reflitam a luz; (iii) gravação em áudio das aulas e gravação em áudio da leitura de textos (*audiobook*); (iv) disponibilização por parte da instituição de equipamentos auxiliares de leitura, como nas Figuras 1 e 2, para pessoas com baixa visão. Pensando na quantidade de responsabilidades já designadas aos professores, o apoio de monitores e bolsistas se faz necessário para adaptação do material bibliográfico.

Figura 1 – Lupa de apoio.



Fonte: BRANDÃO, 2016.

Figura 2 – Lupa eletrônica.



Fonte: BRANDÃO, 2016.

Pensando sobre a acessibilidade aos materiais bibliográficos, principalmente para os casos de cegueira e baixa visão, é de grande importância o desenvolvimento de acervos multimídias em todas as bibliotecas da universidade, visto que algumas bibliotecas setoriais já apresentam um pequeno acervo, enquanto outras, não há menção sequer de um áudio-book. No caso de João Paulo, que está matriculado em um curso que ainda possui grande parte metodológica voltada para a leitura de textos, a

inclusão de áudio-books representaria um avanço na acessibilidade para que o mesmo consiga realizar as demandas da graduação. É possível considerar que essa contribuição se enquadre na dimensão instrumental por fornecer mecanismos que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem, também é notável sua passagem na dimensão comunicacional por viabilizar a acessibilidade aos conteúdos curriculares se utilizando de linguagens e ferramentas para transmissão dos conteúdos (SASSAKI, 2009).

Sobre o ambiente físico e o que concerne à dimensão arquitetônica, João Paulo não faz uso de bengalas para deficientes visuais e diz conseguir se locomover bem no espaço da universidade. De qualquer forma, é importante que a universidade esteja sempre bem sinalizada para evitar acidentes. Placas desgastadas ficam opacas e pinturas na pista saem com o tempo. Então, tanto para a segurança de pessoas com baixa visão quanto para os demais, deve-se estar atento à manutenção das sinalizações. Outra possibilidade é o investimento de sinalizações não visuais, como pisos e mapas táteis, visualizados na Figura 3, sendo sumária a importância de sinalizações em locais de difícil locomoção ou que demonstrem risco de integridade física, como escadas, calçadas desniveladas e com depressões, vias de acesso à bicicletas e transposição calçada/rua.

Figura 3 – Piso e mapa táteis.



Fonte: VENTURA, 2017.

Através do estudo de caso do João Paulo, foi possível constatar a necessidade de uma lousa que não produza reflexos. Os alunos com baixa visão precisam estar em uma posição na qual a claridade não incida diretamente sobre seus olhos para que não provoque sombra e atrapalhe sua visão; também, a distribuição dos objetos (mesas, cadeiras, armários) não deve ser modificada constantemente, pois dificulta a adaptação do aluno e a utilização dos recursos mnemônicos, frisando a importância de avisar quando alguma modificação espacial necessitar ser feita.

Modificações pontuais sobre a disposição de mobiliário nas salas de aula, bem como a troca de instrumentos, como o quadro, podem ser melhores adequadas quando incluem a participação dos estudantes nas decisões, por isso, é importante criar um diálogo entre coordenação, corpo docente e estudantes.

Após garantir um ambiente preparado para recebê-lo, podemos olhar para as demandas pessoais apresentadas por João Paulo. Fizemos tal separação (demandas do ambiente da universidade e demandas individuais) por entender que os frutos obtidos a partir das intervenções já propostas podem ser colhidos não só por João Paulo, mas também por todos que apresentarem deficiências visuais ou outras necessidades especiais.

As demandas individuais, que também precisam ser atendidas pela universidade, podem ser entendidas a partir da escuta e compreensão da sua história de vida. Na entrevista, por exemplo, houve menção sobre a assistência estudantil disponível para alunos com baixa renda, onde são disponibilizadas 5% das vagas para pessoas com deficiência, condicionadas à apresentação de laudo médico atualizado. O pequeno percentual de estudantes contemplados (5%) retrata a necessidade de se repensar a assistência estudantil para estudantes advindos de cotas por deficiência. No que se refere à manutenção e modificação de normas, programas, regulamentos, etc., Sasaki (2009) traz a dimensão programática para tratar da exclusão de barreiras invisíveis, que podem dificultar ou impedir a participação plena de estudantes no ambiente educacional.

Outra questão que foi levantada e que consideramos bastante importante é o acompanhamento psicológico. Vimos que o psicólogo teve um papel fundamental no processo de adaptação à nova condição, auxiliando-o a passar pelo luto, ressignificar sua situação e permanecer firme nos seus objetivos. Por isso, torna-se indispensável indicar ao estudante um acompanhamento profissional que pode ser feito de modo particular ou através de serviços ofertados como as clínicas-escolas de psicologia, que costumam cobrar um valor muito abaixo do piso ou até mesmo não cobram por suas sessões. É sabido que o bem-estar mental do estudante é uma variável que impacta forte e diretamente em seu desempenho acadêmico.

Com relação aos planos acadêmicos e profissionais, foi visto um interesse em se engajar em atividades que vão além das disciplinas, como participar de projetos de extensão e pesquisa. Observamos, portanto, a necessidade de que invista em um segundo idioma, como o inglês. A instituição oferece cursos de idiomas para estudantes e, neste âmbito, torna-se relevante expandir a inclusão para todas as esferas da vida universitária, isto é, projetos de extensão, empresas juniores, cursos de idiomas, entre outros.

Salienta-se que as instituições de ensino devem estar minimamente preparadas para receber com acessibilidade e proporcionar condições para que seu alunado se desenvolva tendo em vista as dimensões expostas. As instituições de ensino superior não estão aquém dessas necessidades, pois as mesmas quando solicitam reconhecimento, credenciamento, autorização ou renovação ao Ministério da Educação, considerando a avaliação de seus cursos, estão passíveis de comprovarem que estão atendendo aos requisitos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática para alunos com necessidades especializadas (BRASIL, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso aqui trazido representa uma dimensão que vem sendo discutida e posta em prática na contemporaneidade: a Inclusão. Ainda que lentamente, podemos ver um avanço nas condições atuais para atendimento de pessoas com necessidades específicas. Seja em qual for a esfera social, mas, principalmente na educação, surgem atitudes que buscam criar uma base sólida para o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Através de medidas simples, como modificações nos mobiliários, disponibilização de ferramentas para leitura ou mecanismos de sinalização, podemos ver como a Educação Inclusiva passa da forma teórica para a prática, fornecendo mecanismos capazes de tornar a vivência de estudantes com necessidades educacionais específicas, em especial, casos de baixa visão, mais fluída e dinâmica, prezando por seu desenvolvimento acadêmico, social e pessoal.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria L. **Recursos ópticos que potencializam o resíduo visual**. 2016. Disponível em: <<http://www.stargardt.com.br/recursos-oticos-que-potencializam-o-residuo-visual/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art4iii>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 nov. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

BRASÍLIA. **Orientação Pedagógica** – Educação Especial. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2010.

FERRARI, Marian A. L. D.; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol. cienc. prof.**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007.

FRAZÃO, Arthur. **Sintomas, causas e tratamento do Glaucoma em Bebê**. 2018. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/glaucoma-congenito/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

LI, Yan; LIN, Haotian. Progress in screening and treatment of common congenital eye diseases. **Eye Sci.** v. 28, n. 3, p.157-162, 2013.

PACHECO, Kátia M. D.; ALVES, Vera L. R. Tendências e Reflexões. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiatr.**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.

PEDROSO, Larissa; CARVALHO JUNIOR, Edenilson S.; PARANHOS JÚNIOR, Augusto; PRATA JÚNIOR, João A.; MELLO, Paulo A. A. Custo real do tratamento do glaucoma para o paciente. **Arq. Bras. Oftal.**, v. 62, n. 6, p. 677-682, 1999.

PEREIRA, Ira de Fátima M. S. **Inclusão do aluno com baixa visão em uma classe de educação bilíngue**. 2011. 52 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) – Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca-Espanha, 1994.

VENTURA, Luiz A. S. **Negligenciar sinalização tátil prejudica pessoas com deficiência visual**. 2017. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/negligenciar-sinalizacao-tatil-prejudica-pessoas-com-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.